



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

5 de julho de 2022

Ata da Ducentésima Vigésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia cinco do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados o Senhor Deputado Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Hider Alencar, Léo Barbosa, Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 49/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 12, de 28 de junho, que “institui o Projeto de Interiorização Universitária Tecnológica, denominado To Graduado, e adota outras providências”, Mensagem número 50/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 13, de 28 de junho de 2022, que “altera a Lei Estadual número 3.124, de 14 e julho de 2016, que transforma em autarquia a fundação que especifica, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 715/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Reverendíssimo Senhor Padre Bruno Rodrigues”; Projeto de Lei número 716/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Social Anglicana de Solidariedade do Cerrado – Asas do Cerrado”; Projeto de Lei número 717/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Adhemar Pereira Torres”; Ofícios oriundos da Secretaria da Educação



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

comunicando a celebração de Termos de Convênio com a Prefeitura de Formoso do Araguaia e Instituição de Ensino; Ofício oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, informando Celebração de Termo de Convênio com a Colônia de Pescadores Z-32; Ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Saúde, comunicando a Celebração de Termos de Convênios com diversas Prefeituras e Instituições, com recursos oriundos de emendas parlamentares; e Ofícios oriundos da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, informando sobre convênios firmados com diversas instituições. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 718/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; 719/2022, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; e os Requerimentos que receberam os números 1.082 a 1.096. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 714/2022, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Requerimentos que receberam os números 1.082 a 1.096. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 24/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “torna obrigatória a disponibilidade de mesas e cadeiras em shoppings centers e centros comerciais, nas áreas de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

alimentação, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”; 52/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “garante atendimento prioritário ao diabético em toda rede pública e privada de saúde do Estado do Tocantins, durante realização de exames que exijam jejum total”; 113/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece multa para quem divulgar por meio eletrônico notícias falsas – “*fake news*” sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Tocantins”; 120/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, anexado ao Projeto de Lei 200/2020, tendo como co-autora a Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “proíbe as instituições bancárias de usarem o auxílio emergencial federal instituído em razão da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), descontar dívidas dos beneficiários”; 175/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Semana Estadual de Conscientização da Psoríase no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 176/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Mês Estadual da Consciência Negra, e dá outras providências”; 178/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui o Dia Estadual de Combate ao Trabalho Infantil”; 199/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no Calendário Oficial do Estado do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Tocantins o Dia Estadual dos Heróis e Heroínas na Luta contra a Covid-19, e dá outras providências”; 220/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a instituição da última semana do mês de abril como a semana dedicada à saúde, segurança e prevenção de riscos no ambiente de trabalho no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 226/2020, de autoria o Senhor Deputado Antonio Andrade, anexado ao Projeto de Lei 230/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a títulos de inscrição em concursos públicos, no âmbito do Estado do Tocantins, para os eleitores convocados e nomeados, que tenham prestado serviço eleitoral e dá outras providências”; 236/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Professor Dr. Pedro Albeirece da Rocha”; 304/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Reinaldo de Jesus Cisterna”; 322/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “proíbe farmácias e drogarias de exigir o CPF do consumidor no ato da compra, sem informar de forma adequada e clara sobre a concessão de descontos, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 355/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “reconhece como essencial no âmbito do Estado do Tocantins e prática de atividades e



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

exercícios físicos em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos, em períodos de calamidade pública”; 360/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 3.377, de 26 de julho de 2018, que institui o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências”; 368/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre as políticas de diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado do Tocantins”; 410/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha Estadual de Conscientização da Apraxia de Fala na Infância AFI, e dá outras providências”; 415, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro, ao Senhor José de Moura Filho”; 420/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui a Semana Estadual de Promoção à Saúde Mental nas escolas, no âmbito do Estado do Tocantins”; 424/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual da Mata Ciliar, e dá outras providências”; 443/2021, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui o Agosto Cinza como Mês Estadual de Conscientização do Cidadão no Combate aos Incêndios e



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Queimadas no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 445/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Dia Estadual do Biomédico no âmbito do Estado do Tocantins”; 474/2021, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “institui o Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres no âmbito do Estado do Tocantins”; 476/2021, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia no âmbito do Estado do Tocantins”; 478/2021, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Bispo Diocesano de Tocantinópolis, Dom Giovane Pereira de Melo”; 480/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a campanha Cuidando dos Idosos e Órfãos de Filhos Vivos para orientação e conscientização sobre o cuidado aos idosos e as consequências de seu abandono no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 481/2021, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de óbitos ao Tribunal Regional Eleitoral e ao órgão de identificação do Estado”; 498/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “obriga supermercados e estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

incluídos em todas as promoções lançadas por esses estabelecimentos e dá outras providências”; 529/2021, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco, que “institui o Dia Estadual da Lei Seca, e dá outras providências”; 543/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate à Gordofobia e dá outras providências”; 544/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento do horário de início de shows, espetáculos e demais apresentações ofertadas ao público em geral e dá outras providências”; 553/2021, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores de Boa Vista de Belém – Asmorad-TO, município de Ponte Alta do Bom Jesus – TO”; 566/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “ficam obrigados os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado do Tocantins a comunicar aos órgãos de segurança pública a ocorrência de casos de maus-tratos a animais”; 571/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual do Capim Dourado”; 580/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Bispo Dom José Moreira da Silva”;



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

589/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a juntada de documentos por advogados no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Tocantins”; 604/2022, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “institui o Dia Estadual do Atirador Desportivo e o inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins”; 620/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “confere o Título de Capital do Jalapão à cidade de Mateiros, no Estado do Tocantins”; 622/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos para a Associação Nacional de Desenvolvimento Humanitário-TO”; 624/2022, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Dom Geraldo Vieira Gusmão”; 648/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos Comsaúde Comunidade de Desenvolvimento Humanitário -TO”; 652/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, anexado ao



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei número 681/2022, co-autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece norma para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Tocantins”; 661/2022, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunidade Viva do Setor Raizal”; 523/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “denomina a Cidade de Babaçulância no Estado do Tocantins a Capital do Turismo e dá outras providências”; e 580/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro, ao Bispo Dom José Moreira da Silva”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, atendendo solicitação do Líder do Governo, Senhor Deputado Ivory de Lira, o Senhor Presidente determinou a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei números 586, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a realização de testes de aptidão física em concurso público”; e 664/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei número 2.692, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as gratificações dos servidores da saúde, e adota outras providências”. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

142/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os fins do art. 65, I e II da lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Palmeirante-TO”;

143/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece para os fins do art. 65, I e II da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Palmeirante”;

144/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os fins do art. 65, I e II da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Colméia – TO”;

145/2022, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os fins do art. 65, I e II da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no município de Itaguatins – TO”;

os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Logo após, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 1.116, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder de Governo, que requer dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, para a convocação de Sessões Extraordinárias, para discussão e votação



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

das matérias referentes, aos Projetos de Lei números 24/2020, 52/2020, 113/2020, 120/2020, 175/2020, 176/2020, 178/2020, 199/2020, 220/2020, 226/2020, 236/2020, 304/2020, 322/2021, 355/2021, 360/2021, 368/2021, 410/2021, 415/2021, 420/2021, 424/2021, 443/2021, 445/2021, 474/2021, 476/2021, 478/2021, 480/2021, 481/2021, 498/2021, 523/2021, 529/2021, 543/2021, 544/2021, 553/2021, 566/2021, 571/2021, 580/2021, 589/2021, 604/2021, 620/2021, 622/2022, 624/2022, 648/2022, 652/2022, 661/2022 e Projetos de Decreto Legislativo números 142/2022, 143/2022, 144/2022 e 145/2022, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário